

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Rodoviária do Rio de Janeiro S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Rodoviária do Rio de Janeiro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodoviária do Rio de Janeiro S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 05 de abril 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Monika Marielle Du Mont Collyer
Monika Marielle Du Mont Collyer
Contador CRC 1 RJ 091300/O-6

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.502.958	9.449.089	Fornecedores	11	631.961	1.751.569
Contas a receber	5	2.989.153	2.744.503	Repasses a pagar	12	892.812	939.781
Impostos a recuperar	6	1.623.099	951.857	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	1.240.714	1.533.083
Estoques		-	238.847	Obrigações tributárias	14	815.207	708.948
Outros ativos		237.782	76.560	Imposto de renda e contribuição social corrente	14	160.747	362.698
		20.352.992	13.460.856	Dividendos a pagar		4.332.679	335.477
				Outros passivos	15	915.096	17.699
						8.989.216	5.649.255
Não circulante				Não circulante			
Outras contas a receber com partes relacionadas	7	1.014.698	983.090	Contingências	24	1.090.953	426.552
Depósitos judiciais	8	207.824	1.061.908	Outros passivos		-	18.167
Contas a receber	5	-	686.677			1.090.953	444.719
		1.222.522	2.731.675				
Imobilizado	9	11.466.874	15.638.175	Patrimônio líquido			
Intangível	10	144.511	258.304	Capital social	16	4.116.491	10.716.491
		11.611.385	15.896.479	Reservas de capital		14.907.755	14.907.755
				Reservas de lucros		4.082.484	370.790
						23.106.730	25.995.036
Total do ativo		33.186.899	32.089.010	Total do passivo e patrimônio líquido		33.186.899	32.089.010

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	17	46.908.103	30.768.923
Custo dos serviços prestados	18	(31.463.862)	(18.428.633)
Lucro bruto		15.444.241	12.340.290
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	19	(98.500)	(3.379.783)
Despesas administrativas e tributárias	20	(1.502.573)	(2.900.902)
Despesa com perda de crédito esperada		(1.184.158)	(208.163)
Depreciação e amortização		(4.211.406)	(4.919.961)
Outras receitas operacionais		1.826.167	367.746
		(5.170.469)	(11.041.063)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		10.273.772	1.299.227
Resultado financeiro, líquido	21	664.273	110.697
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		10.938.045	1.409.924
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	(3.229.149)	(703.657)
Lucro líquido do exercício		7.708.896	706.267
Quantidade de ações		2.130.336	2.130.336
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação		3,62	0,33

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	<u>7.708.896</u>	<u>706.267</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>7.708.896</u></u>	<u><u>706.267</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Reservas de capital			Reserva de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Contribuição ativo imobilizado pelos acionistas	Ágio na subscrição de ações	Reserva legal	Dividendos propostos adicionais		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.130.336	15.498.584	14.907.755	166.602	-	(7.079.031)	25.624.246
Absorção do prejuízo, conforme ata AGO de 16/04/2021	-	(6.912.429)	-	(166.602)	-	7.079.031	-
Aumento de capital, conforme ata AGE de 22/12/2021	8.586.155	(8.586.155)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	706.267	706.267
Constituição da reserva legal	-	-	-	35.313	-	(35.313)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(335.477)	(335.477)
Dividendos propostos adicionais	-	-	-	-	335.477	(335.477)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.716.491	-	14.907.755	35.313	335.477	-	25.995.036
Redução de capital, conforme ata AGE de 17/01/2022	(6.600.000)	-	-	-	-	-	(6.600.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.708.896	7.708.896
Constituição da reserva legal	-	-	-	385.446	-	(385.446)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(335.477)	(3.661.725)	(3.997.202)
Dividendos propostos adicionais	-	-	-	-	3.661.725	(3.661.725)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.116.491	-	14.907.755	420.759	3.661.725	-	23.106.730

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	7.708.896	706.267
Ajustes para Reconciliar o Lucro ou Prejuízo ao Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
(Reversão)/Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	1.137.500	(32.133)
(Reversão)/Constituição de provisão para contingências trabalhistas	179.913	(106.693)
Depreciação e amortização	4.211.406	4.919.961
Despesas de imposto de renda e contribuição social	3.229.149	703.657
Baixa por perdas com ativos	-	23.144
Atualização monetária de tributos a recuperar	(27.683)	(35.741)
Outras atualizações monetárias de ativos e passivos	-	25.019
	<u>16.439.180</u>	<u>6.203.481</u>
(Aumento)/Redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(695.473)	(1.535.423)
Impostos a recuperar	(643.559)	(38.990)
Estoques	238.847	(717)
Outros ativos	(161.222)	(245.312)
Outras contas a receber partes relacionadas	(31.608)	17.029
Depósitos judiciais	854.084	-
	<u>(438.931)</u>	<u>(1.803.413)</u>
(Aumento)/Redução nos passivos operacionais		
Fornecedores	(1.119.608)	1.109.302
Obrigações tributárias	106.259	243.230
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(292.369)	181.517
Outros passivos	879.230	4.527
Repasses a pagar	(46.969)	-
Dividendos a pagar	335.477	-
Contingências	484.488	-
	<u>346.508</u>	<u>1.538.576</u>
Impostos pagos sobre o lucro	(3.431.100)	(362.698)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>12.915.657</u>	<u>5.575.946</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado e intangível	73.688	(380.679)
Fluxo de caixa gerado (consumido) utilizado nas atividades de investimentos	<u>73.688</u>	<u>(380.679)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Dividendos pagos	(335.476)	(2.391.401)
Redução de Capital Social	(6.600.000)	
Fluxo de caixa consumido proveniente das atividades de financiamentos	<u>(6.935.476)</u>	<u>(2.391.401)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>6.053.869</u>	<u>2.803.866</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.449.089	6.645.223
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15.502.958	9.449.089
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>6.053.869</u>	<u>2.803.866</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Rodoviária do Rio de Janeiro S.A. (“Companhia” e/ou “Rodoviária do Rio”) é uma sociedade de capital fechado com sede à Avenida Francisco Bicalho, nº 1, Santo Cristo, na cidade e estado do Rio de Janeiro (Terminal Rodoviário Novo Rio) e filiais: (i) na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Feliciano Sodré, s/nº, Centro (Terminal Roberto Silveira); (ii) na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rodrigues Alves, 853, Santo Cristo (Edifício Garagem anexo ao Terminal Rodoviário Novo Rio).

A Companhia tem como objeto social o propósito específico do contrato de concessão de serviços públicos de administração, operação, manutenção, conservação e exploração comercial do Terminal Rodoviário Novo Rio e o respectivo edifício-garagem anexo, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, e do Terminal Rodoviário Roberto Silveira e seus anexos, na cidade de Niterói, RJ, mantido com o Governo do Estado do Rio de Janeiro. A concessão será pelo prazo de 30 anos a partir do término das obras de reforma e ampliação dos terminais Novo Rio e Roberto Silveira. Cabe ressaltar que possíveis ajustes referentes ao reequilíbrio econômico-financeiro deverão ser discutidos com o Poder Concedente podendo acarretar prorrogação no prazo final da concessão.

Nos termos do contrato de concessão a Companhia deve pagar mensalmente a CODERTE o seguinte:

- 5 (cinco) taxas de embarque de terminal por partida;
- 10% (dez por cento) da receita de arrecadação do estacionamento de veículos;
- 10% (dez por cento) do valor dos aluguéis das lojas e guichês; e
- 25% (vinte e cinco por cento) da receita da arrecadação das taxas de acompanhante.

Em 31 de agosto de 2015, foi assinado pelo Consórcio Novo Rio (CNR), pelo Estado do Rio de Janeiro (SETRANS) e pela Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro (CODERTE) o quarto termo aditivo ao contrato de concessão onerosa para exploração do Terminal Rodoviário Novo Rio e seus anexos e do Terminal Rodoviário Roberto Silveira e seus anexos. O presente termo aditivo teve como objetivo substituir o CNR, como concessionário, pela Rodoviária do Rio de Janeiro S.A., transferindo e cedendo a responsabilidade do Contrato de Concessão assinado pelas partes em 30 de agosto de 1990. Dessa forma, o Consórcio Novo Rio cedeu e transferiu para a Rodoviária do Rio de Janeiro S.A., com a devida autorização do Estado do Rio de Janeiro e da CODERTE, todos os direitos e todas as obrigações do contrato de concessão, passando a Rodoviária do Rio de Janeiro S.A., a partir de 1º de outubro de 2015, a ser responsável pelo cumprimento da concessão onerosa, pela exploração, pela operação e pela administração, com exclusividade, do Terminal Rodoviário Novo Rio e seus anexos e do Terminal Rodoviário Roberto Silveira e seus anexos.

- Novo coronavírus (Covid-19 e suas variantes):

A pandemia do novo coronavírus provocou uma grave e irremediável crise econômica em todo o Brasil, em virtude da necessidade da realização de isolamento e/ou distanciamento social imposto pelas autoridades governamentais durante os anos de 2021 e 2020.

Em março de 2020, teve início a restrição de circulação de pessoas no Estado do Rio de Janeiro em função do Decreto Estadual nº 46.973, de 16/03/2020 que adotou medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus (Covid-19). A partir deste momento vários Decretos Estaduais foram editados no ano de 2020 com o propósito de atualizarem estas mencionadas medidas, onde destacamos os Decretos Estaduais nº 46.980, nº 47.006, nº 47.027, nº 47.052, nº 47.060 e nº 47.102, que dentre várias medidas suspenderam as atividades dos transportes de passageiros intermunicipal e interestadual, assim como o Decreto Estadual nº 47.108, que restabeleceu o serviço de transporte de passageiros intermunicipal desde que respeitada a ocupação de 50% dos ônibus e, paralelamente, liberou a circulação do serviço de transporte interestadual sob a supervisão da ANTT. A liberação da circulação dos ônibus intermunicipais com 100% da ocupação só veio a ocorrer com o advento do Decreto nº 47.249, de 04/09/2020, por conta disso, as fontes de receita da Rodoviária do Rio foram diretamente afetadas, com a redução na circulação de passageiros em nossos terminais, Novo Rio e Roberto Silveira, na ordem de 99% nos meses iniciais da pandemia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No ano de 2020, as principais fontes de receitas, a taxa de embarque de terminal e de locação comercial, tiveram uma redução percentual de 55%. Os custos e as despesas operacionais foram reduzidos em 30%. Em 2021, as principais fontes de receitas aumentaram, na ordem de 31% e 39%, respectivamente. Conseqüentemente, a Rodoviária do Rio obteve resultado positivo no montante de R\$ 706.267.

Adicionalmente a Companhia tomou diversas medidas e incluiu protocolos específicos para o combate a disseminação do Covid-19 e suas variantes em suas instalações e áreas de uso interno dos terminais, sendo as principais:

- Desinfecção das Instalações - todas as áreas passaram por desinfecções, 4x ao dia, o que inclui a higienização dos pisos, assentos, corrimãos, roletas de acesso às plataformas de embarque e desembarque, carrinhos de bagagens, maçanetas, botões dos elevadores, balcões de informação e todos pontos de contato e uso coletivo. São utilizados produtos homologados pelo Ministério da Saúde e OMS;
- Disponibilização de 60 pontos com álcool em gel distribuídos nas praças de alimentação, salões de embarque e desembarque, plataformas, estacionamento, administração entre outros setores;
- Mensagens trilingües são veiculadas nas televisões dos terminais sobre as medidas de prevenção e combate, como higienização das mãos, uso da máscara e distanciamento social;
- Comunicação visual para o distanciamento mínimo permitido, instalada em todo terminal, como nos acessos principais, assentos e pisos;
- Todos que acessam os terminais da Companhia têm a temperatura corporal aferida; e
- A Companhia lançou a campanha “embarque consciente” voltada à conscientização do usuário do terminal sobre o respeito às novas regras.

Em função de tais medidas de combate ao Covid-19, a Companhia conquistou o selo estadual “Turismo Consciente” e a certificação internacional “*Safe Travels*”, conferida pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo, por possibilitar aos viajantes, que passam pelos seus terminais, a certeza de que existem padrões aprimorados para que possam viajar com segurança.

Em relação ao exercício de 2022, a Companhia observou uma melhora no cenário em relação à diminuição de casos de contaminação no país, refletindo diretamente no desempenho operacional, financeiro e econômico da Companhia.

2. Base de apresentação

i) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e aos Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia aprovou, em 05 de abril de 2023, a emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

ii) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerida pela norma.

iii) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações contábeis, aplicadas de forma consistente em relação às do exercício anterior, são as seguintes:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui saldo de caixa, de depósitos bancários, bem como aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, conversíveis em um montante conhecido e sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor justo. Os rendimentos auferidos sobre essas aplicações financeiras, até a data de encerramento do balanço, são acrescidos aos valores de custo e estão de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem ao seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pela locação de lojas e prestação de serviços no curso normal das atividades, demonstrados a valores presente e de realização. A provisão com perdas de créditos de clientes é calculada com base em análise de risco e nível dos créditos, sendo suficiente para cobrir perdas sobre os valores a receber.

3.3. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente e mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de resultado abrangente e (iii) valor justo por meio do resultado. Para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma CPC 48, a Companhia avaliou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais. A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 são classificados da seguinte forma:

Custo amortizado

Ativos financeiros mantidos pela Companhia para obter fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (quando aplicável) e são avaliados por *impairment* a cada data de balanço. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado, bem como qualquer ganho ou perda no de reconhecimento. Estão classificados nessa categoria os seguintes instrumentos financeiros: contas a receber de clientes, outras contas a receber com partes relacionadas, fornecedores e repasses a pagar.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mantidos pela Companhia que não são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. São classificados nesta categoria caixa e equivalentes de caixa.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos, pois não possui exposição a riscos de câmbio em função das características das suas operações.

3.4. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui o custo de empréstimos capitalizados, quando aplicável, deduzidos de depreciação e amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando ocorridos.

Os custos de certos itens do imobilizado reconhecidos em 16 de novembro de 2015 por meio de capitalização foram determinados com base em seu valor justo naquela data (vide Nota Explicativa nº 9).

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

iii) Depreciação e amortização

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As taxas levam em consideração o tempo de vida útil dos bens, e para os itens das Benfeitorias em imóveis de terceiros a Companhia amortiza pelo prazo do Contrato de Concessão, conforme Nota Explicativa nº 9.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.5. Intangível

O intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis referem-se ao sistema utilizado pela Companhia para aprimorar o controle, a produtividade e a eficiência dos departamentos. A amortização é calculada pelo método linear, as taxas que levam em consideração o tempo de vida útil dos bens, conforme nota explicativa nº 10.

3.6. Redução ao valor recuperável de ativos (financeiros e não financeiros)

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos seus ativos (financeiros e não financeiros) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são registradas no resultado do exercício quando identificadas.

Em 31 de dezembro de 2022, a administração avaliou que não havia indicativos de *impairment* nos ativos não financeiros, tendo em vista que a Companhia possui lucros recorrentes ao longo dos últimos anos. Para os ativos financeiros, com exceção do contas a receber, não havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2022. As perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber foram reconhecidas no resultado, em contrapartida da provisão para perdas de crédito esperadas (apresentada no ativo circulante).

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são revisadas periodicamente observadas as suas naturezas e fundamentadas por opinião de assessores legais.

3.8. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, como base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas referidas demonstrações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes daqueles registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as quando aplicável. Para mais detalhes sobre as principais estimativas contábeis, relacionadas a provisão para perdas com crédito esperadas, a vida-útil de ativos e provisão para contingências veja respectivamente as notas explicativas nº 5, 9 e 24

3.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.10. Imposto de renda e contribuição social

Nos anos de 2022 e 2021, o regime de tributação utilizado pela Companhia foi o "Lucro Real". De acordo com a legislação vigente, o valor do imposto de renda é apurado com base nos seguintes critérios: alíquota de 15% dos lucros tributáveis, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é apurada pela alíquota de 9% dos lucros tributáveis, reconhecidos pelo regime de competência.

- Imposto de renda - alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%.
- Contribuição social - alíquota de 9%.

Essas despesas são reconhecidas no resultado do exercício.

3.11. Receita de contrato com cliente

A receita operacional é reconhecida pelo montante que reflita a contraprestação que espera receber em troca do controle desses bens e/ou serviços. É mensurada a valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, eventualmente conclui que atua como principal em todos os seus contratos de receita, porque normalmente controla os produtos ou serviços antes de transferi-los para o cliente.

A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com a provisão para perdas de crédito esperadas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis.

Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

3.12. Novas normas e interpretações

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25);

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

b) Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado

Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado.

c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020

Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo;

d) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15

Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS.

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2022

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 - trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024
- e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26:
 - a. Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024.

- b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devam ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos das novas normas e alterações listadas acima e entende que sua adoção não provocará impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas.

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	141.481	92.352
Bancos	5.880.440	298.101
Poupança (a)	-	246.626
Fundo de investimentos em cotas (b)	7.726.536	8.638.812
Certificado de depósitos bancários (c)	-	135.369
Outras aplicações financeiras (d)	1.754.501	37.829
	<u>15.502.958</u>	<u>9.449.089</u>

- (a) Remunerada em 0,5% ao mês mais a taxa referencial.
(b) Remunerado por taxas que variam entre 0,6373% e 0,8109% ao mês.
(c) Remunerado em 100% do CDI.
(d) Depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito que podem ser resgatados a qualquer momento sem penalidades são considerados equivalentes de caixa.

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos bancários, e às aplicações financeiras, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

	Vencimento	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Taxa de embarque em terminais	Até 30 dias	-	1.525.877
Locações comerciais	Até 30 dias	3.227.194	1.274.003
Outros créditos de clientes a receber	Até 30 dias	16.926	19.677
Provisão para perdas de crédito esperadas	Após 30 dias	(254.967)	(75.054)
Total ativo circulante		<u>2.989.153</u>	<u>2.744.503</u>
CODERTE/VIAMIL (i)		-	686.677
Total ativo não circulante		-	<u>686.677</u>

- (i) Valor a receber referente aos encargos de água e energia elétrica consumidos pela Viamil na administração dos sanitários localizados nos terminais rodoviários Novo Rio e Roberto Silveira. Por meio da justiça, a Rodoviária do Rio está cobrando o recebimento deste montante.

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As perdas estimadas são calculadas com base na análise do *aging list*, provisionando os itens vencidos acima de 30 dias e outros itens a vencer para os quais exista perda esperada pela administração. Devido as características das contas a receber da Companhia, considerando também as perdas dos recebíveis a vencer e avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir as eventuais perdas na realização daqueles ativos, sendo reconhecida a provisão no resultado. Em 31 de dezembro de 2022, 61% do saldo total do contas a receber refere-se a saldos a vencer.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas pode ser assim apresentada:

Provisão para perdas de crédito esperadas	
Em 31 de dezembro de 2020	(143.879)
Constituição	(208.163)
Reversão	240.296
Reversão/(Constituição), líquida	32.133
Perdas/baixas (não recuperáveis)	36.692
Em 31 de dezembro de 2021	(75.054)
Perdas/baixas (não recuperáveis)	36.692
Em 31 de dezembro de 2021	(75.054)
Constituição	(179.913)
Em 31 de dezembro de 2022	(254.967)

6. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRPJ a compensar	-	5.846
CSLL a compensar	-	30.669
Saldo negativo de IRPJ 2020	-	614.257
Saldo negativo de CSLL 2020	-	227.245
IRRF s/aplicação financeira	-	70.067
PER - Pedido de Rest. De Tributo IRPJ 2020	677.112	-
PER - Pedido de Rest. De Tributo CSLL 2020	255.379	-
Outros tributos	-	3.772
PIS a recuperar	125.348	-
COFINS a recuperar	565.260	-
	<u>1.623.099</u>	<u>951.857</u>

Em 2021, os valores de IRPJ e CSLL, relativos a 2020, foram reclassificados para saldos negativos onde foram atualizados pela taxa selic mensal. Em 06 de setembro de 2021, a Rodoviária do Rio formalizou junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil o pedido de restituição destes montantes.

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2022, os valores mediante à PIS e COFINS, não foram utilizados para compensação dos tributos mensais devido aos estudos que o departamento fiscal compreende necessário para atender a transição e os mesmos serão compensados no decorrer de 2023.

7. Outras contas a receber com partes relacionadas

a) Transações e saldos

Ativo não circulante	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
SOCICAM - SIP (i)	1.014.698	964.698
Outras partes relacionadas	-	18.392
	<u>1.014.698</u>	<u>983.090</u>

(i) Refere-se, principalmente, aos direitos a receber pela transferência dos funcionários em decorrência do contrato de concessão do Consórcio Novo Rio ter sido transferido para a Rodoviária do Rio de Janeiro S.A., não havendo prazo para sua liquidação.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Honorários da administração	-	512.550

8. Depósitos judiciais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhistas e cíveis	207.824	37.543
IPTU PMRJ	-	944.263
Caução	-	80.102
	<u>207.824</u>	<u>1.061.908</u>

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

	Taxas anuais (%)	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido 2022	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido 2021
Máquinas e equipamentos	10	1.349.149	(945.978)	403.171	1.320.840	(808.443)	512.397
Computadores e periféricos	20	410.673	(391.476)	19.197	409.807	(374.231)	35.576
Móveis e utensílios	10	242.346	(139.749)	102.597	240.519	(115.635)	124.884
Benfeitorias em propriedades de terceiros	23,5 a 27,2	41.314.160	(30.408.251)	10.905.909	40.919.181	(26.312.343)	14.606.838
Veículos	20	11.731	(11.731)	-	11.731	(11.731)	-
Imobilizado em andamento	-	36.000	-	36.000	358.480	-	358.480
		<u>43.364.059</u>	<u>(31.897.185)</u>	<u>11.466.874</u>	<u>43.260.558</u>	<u>(27.622.383)</u>	<u>15.638.175</u>

	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	Veículos	Imobilizado em Andamento	Total
Em 31 de Dezembro de 2020	1.297.962	230.068	408.757	40.889.539	11.731	41.822	42.879.879
Adições	22.878	10.451	1.050	-	-	346.300	380.679
Transferências	-	-	-	29.642	-	(29.642)	-
Em 31 de Dezembro de 2021	1.320.840	240.519	409.807	40.919.181	11.731	358.480	43.260.558
Adições	28.309	1.827	866	394.979	-	36.000	380.679
Transferências	-	-	-	-	-	(358.480)	-
Em 31 de Dezembro de 2022	<u>1.349.149</u>	<u>242.346</u>	<u>410.673</u>	<u>41.314.160</u>	<u>11.731</u>	<u>36.000</u>	<u>43.364.059</u>

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

	Taxas anuais (%)	2022			2021		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido 2022	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido 2021
Software	20	1.802.067	(1.684.146)	117.921	1.801.321	(1.578.339)	222.982
Direito de uso	20	683.054	(656.464)	26.590	683.054	(647.732)	35.322
		<u>2.485.121</u>	<u>(2.340.610)</u>	<u>144.511</u>	<u>2.484.375</u>	<u>(2.226.071)</u>	<u>258.304</u>

	Softwares	Direito de Uso	Software em Andamento	Total
	Custo			
Em 31 de Dezembro de 2020	1.801.321	683.054	-	2.484.375
Adições				
Em 31 de Dezembro de 2021	1.801.321	683.054	-	2.484.375
Adições	746	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2022	1.802.067	683.054	-	2.485.121
	Amortização Acumulada			
Em 31 de Dezembro de 2020	(1.410.273)	(639.000)	-	(2.049.273)
Adições	(168.066)	(8.732)	-	(176.798)
Em 31 de Dezembro de 2021	(1.578.339)	(647.732)	-	(2.226.071)
Adições	(105.807)	(8.732)	-	(114.539)
Em 31 de Dezembro de 2022	(1.684.146)	(656.464)	-	(2.340.610)
	Valor Contábil Líquido			
Em 31 de Dezembro de 2020	391.048	44.054	-	435.102
Em 31 de Dezembro de 2021	222.982	35.322	-	258.304
Em 31 de Dezembro de 2022	117.921	26.590	-	144.511

11. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado na rubrica "Fornecedores" o montante total de R\$ 631.961 (R\$ 1.751.569 em 31 de dezembro de 2021), esse saldo está relacionado principalmente aos serviços contratados e fornecimento de materiais.

12. Repasses a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Rio/CODERTE (i)	859.839	771.168
Niterói/CODERTE - FUNDERJ (i)	32.973	168.613
	<u>892.812</u>	<u>939.781</u>

(i) Todo dia 10 de cada mês é paga a outorga, podendo ser antecipado o pagamento no caso de feriados ou finais de semana.

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e ordenados	254.693	382.866
FGTS	46.919	53.811
INSS	165.609	166.611
IRRF	57.769	99.752
Provisão de férias e encargos	671.617	813.526
Outras obrigações	44.107	16.517
	<u>1.240.714</u>	<u>1.533.083</u>

14. Imposto de renda e contribuição social correntes e demais obrigações tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
ISSQN	214.723	210.008
PIS	87.441	71.076
COFINS	403.766	328.096
ICMS ST	-	71.387
Outros tributos	109.277	28.381
	<u>815.207</u>	<u>708.948</u>
IRPJ	117.667	263.343
CSLL	43.080	99.355
	<u>160.747</u>	<u>362.698</u>
	<u>975.954</u>	<u>1.071.646</u>

15. Outros passivos

	31/12/2022	31/12/2021
Reembolso despesas viagens	10.550	-
Recebimentos antecipados	904.546	17.699
	<u>915.096</u>	<u>17.699</u>

16. Patrimônio Líquido

16.1. Capital social

Em 22 de dezembro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia mediante a transferência do saldo da Reserva de Capital - contribuição de ativo imobilizado pelos acionistas no valor de R\$8.586.155, razão pela qual o capital passará de R\$2.130.336 para R\$10.716.491.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 17 de janeiro de 2022, foi registrado a Ata da assembleia geral extraordinária sobre a alteração contratual, onde houve deliberação da redução de Capital Social na forma permitida pelo artigo 173 da Lei nº 6.404/76, haja vista que o mesmo se tornou excessivo para cumprimento do objeto social da Companhia, a restituição às acionistas fora em moeda corrente do País, do valor de R\$ 6.600.000, razão pelo qual o capital social reduziu para R\$ 4.116.491.

O capital social subscrito e integralizado da Companhia no final do exercício é de R\$4.116.491, representado por 2.023.819 ações ordinárias e 106.517 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações		Valor das ações	Participação no capital social
	ON	PN		
RODERJ	923.074	-	923.074	43,33%
SOCICAM	639.101	106.517	745.618	35,00%
ASCOTRAN	461.644	-	461.644	21,67%
Total	2.023.819	106.517	2.130.336	100,00%

16.2. Reservas de capital

a) Ágio na subscrição de ações preferenciais

Ágio na subscrição de ações preferenciais nominativas, pelo acionista SOCICAM Administração, Projetos e Representações Ltda. (SAP), representado por bens oriundos do acervo patrimonial, da SOCICAM Terminais Rodoviários e Representações Ltda., no valor de R\$14.907.755, conforme laudo de avaliação datado de 10 de novembro de 2015.

b) Contribuição de ativo imobilizado pelos acionistas

Em 16 de novembro de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária um aumento de capital mediante a transferência de ativos imobilizados (benfeitorias e outros ativos) por um acionista. A contribuição foi inicialmente registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 pelo valor contábil dos ativos imobilizados contribuídos nas demonstrações contábeis do acionista.

A Companhia avaliou essa política contábil para contribuições de ativos imobilizados por acionistas, e concluiu que, na essência, trata-se de uma contribuição de capital no valor justo das ações emitidas, respectivamente, dos ativos imobilizados contribuídos e decidiu reconhecer, em 2016, tais transações pelo valor justo das ações emitidas, respectivamente, dos ativos imobilizados contribuídos.

16.3. Reserva de lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76.

16.4. Destinação do resultado do exercício

	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	7.708.896
Reserva legal (5%) - constituição (vide nota explicativa 16.3)	385.446
Resultado do exercício a ser destinado:	<u>7.323.450</u>
Dividendos mínimos propostos, (50%) - (i)	3.661.725
Dividendos adicionais propostos (50%) - (i)	3.661.725
Total	<u><u>7.323.450</u></u>

(i) Considerando que o estatuto social da Companhia é omissivo, os dividendos acima propostos são o mínimo determinado pelo inciso I do Art. 202 da Lei nº 6.404/76.

16.5. Absorção do prejuízo

Em 16 de abril de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a absorção do prejuízo do exercício de 2020 no montante de R\$7.079.031. Este valor será absorvido pela Reservas de Lucros - Reserva legal no valor de R\$166.602 e pela Reserva de Capital - Contribuição ativo imobilizado pelos acionistas no valor de R\$6.912.429.

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita bruta		
Serviços prestados	40.560.005	26.515.809
Comerciais / locações	13.131.030	8.112.425
Outras receitas	173.393	-
	<u>53.864.428</u>	<u>34.628.234</u>
Deduções da receita bruta		
PIS	(885.679)	(437.377)
COFINS	(4.079.491)	(2.018.243)
ISS	(1.991.155)	(1.306.779)
Descontos incondicionais	-	(96.912)
	<u>(6.956.325)</u>	<u>(3.859.311)</u>
	<u><u>46.908.103</u></u>	<u><u>30.768.923</u></u>

18. Custos dos serviços prestados

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Gastos com pessoal	(11.171.330)	(6.128.251)
Serviços públicos	(4.477.933)	(3.283.360)
Serviços com pessoa jurídica	(1.333.777)	(2.444.800)
Outorgas pagas	(8.443.522)	(6.085.893)
Outros custos	(6.037.300)	(486.329)
	<u>(31.463.862)</u>	<u>(18.428.633)</u>

19. Despesas com pessoal

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários	-	(1.378.529)
Aviso prévio e indenizações	-	(9.182)
Assistência médica	-	(27.551)
Seguro de vida	-	(27.189)
Auxílio-alimentação	-	(200.171)
Auxílio-transporte	-	(68.734)
Provisão de 13º salário	-	(239.590)
Provisão de férias	-	(141.616)
Pró-labore	-	(444.550)
INSS	-	(469.639)
FGTS	-	(152.562)
Outras despesas	(98.500)	(220.470)
	<u>(98.500)</u>	<u>(3.379.783)</u>

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Despesas administrativas e tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
Tarifas públicas	-	(5.458)
Comunicação	(5.809)	(111.939)
Deslocamentos	(70.631)	(45.254)
Materiais	-	(174.511)
Serviços prestados	-	(1.261.131)
Comerciais	-	(44.266)
Seguros	-	(42.275)
Aluguel	(48.538)	(47.333)
Custas e indenizações judiciais	(1.137.500)	(34.945)
IPTU	-	(410.584)
ICMS ST (i)	-	(713.488)
Outras despesas	(240.093)	(9.718)
	<u>1.502.573</u>	<u>(2.900.902)</u>

21. Resultado financeiro líquido

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeira		
Rendimento sobre aplicação financeira	575.539	242.742
Juros recebidos	77.307	68.550
Descontos obtidos	5.023	7.019
Atualização Selic	27.683	35.741
Outros rendimentos	86.224	9.663
	<u>771.776</u>	<u>363.715</u>
Despesas financeiras		
Juros e multas	(45.027)	(1.940)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(4.447)	(5.584)
Tarifas bancárias	(48.124)	(78.197)
Variações monetárias passivas	-	(167.297)
Descontos Concedidos	(9.905)	-
	<u>(107.503)</u>	<u>(253.018)</u>
	<u>664.273</u>	<u>110.697</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de renda e contribuição social

Nos exercícios de 2022 e 2021, a Companhia optou pelo regime de tributação do imposto de renda e da contribuição social com base no lucro real. A reconciliação entre as despesas de imposto de renda - pessoa jurídica (IRPJ) e de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) pelas alíquotas nominal e efetiva está assim demonstrada:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	10.938.045	1.409.924
Alíquota nominal (34%) - IRPJ e CSLL	3.718.935	479.374
Adições:		
Amortização benfeitorias imóveis de terceiros a valor justo	1.139.601	1.471.986
Provisão para perdas de crédito esperada	1.280.401	208.163
Outras despesas não dedutíveis	74.700	78.356
Contingências trabalhistas	1.137.500	43.909
Demais adições	4.933	235.943
	<u>3.637.135</u>	<u>2.038.357</u>
Exclusões:		
Recuperação das perdas de crédito esperada	(1.100.488)	(240.296)
Recuperação de provisão judicial	-	(150.602)
	<u>(1.100.488)</u>	<u>(390.898)</u>
Lucro/(Prejuízo) contábil ajustado (*)	<u>9.568.085</u>	<u>3.057.383</u>
Total do imposto de renda e contribuição social corrente	<u>(3.229.149)</u>	<u>(703.657)</u>
Alíquota efetiva (%) - IRPJ e CSLL	<u>29,5%</u>	<u>49,9%</u>

23. Instrumentos financeiros

	Classificação atual de acordo com o CPC 48/IFRS 9	Valor Contábil	
		31/12/2022	31/12/2021
<u>Ativos financeiros</u>			
Caixa e equivalentes de caixa (nível 1)	Valor justo por meio de resultado	15.502.958	9.449.089
Contas a receber	Custo amortizado	2.989.153	2.744.503
Outras contas a receber com partes relacionadas em longo prazo	Custo amortizado	1.014.698	983.090
		<u>4.003.851</u>	<u>3.727.593</u>
		<u>15.502.958</u>	<u>13.176.682</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos Financeiros

Fornecedores	Custo amortizado	631.961	1.751.569
Repasses a pagar	Custo amortizado	892.812	939.781

Mensuração do valor justo-níveis de hierarquia

As mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme descrito a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que observáveis para o ativo ou passivo, direta (preço) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 - inputs, para ativo ou passivo, que não baseado em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis)

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela área Financeira da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. A área Financeira da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A Companhia não está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a moedas estrangeiras, como, por exemplo, o Dólar norte-americano (USD).

ii) Risco de taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

A Companhia não incorre em risco com taxas de juros visto que seus financiamentos são contratados com taxas prefixadas.

iii) Risco de crédito

É o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é, principalmente, proveniente das contas a receber de locação. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

iv) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela área Financeira que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pela área Financeira, que investe o excesso de caixa em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

24. Provisão para contingências

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais envolvendo questões cíveis e trabalhistas decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos. As principais informações desses processos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão assim representadas:

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Contingências classificadas como perda provável

Os valores correspondentes as contingências classificadas como perda provável em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão registradas no passivo não circulante.

	Trabalhistas
Saldo em 31 de dezembro de 2020	542.562
Adições	43.909
Baixas	(150.602)
Reversão	(9.317)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	426.552
Adições	605.345
Baixas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.031.897
	Cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Adições	59.056
Baixas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	59.056
	1.090.953

b) Contingências classificadas como perda possível

	31/12/2022	31/12/2021
Processos trabalhistas	861.145	1.306.915
Processos cíveis	2.097.857	1.495.216
	2.959.002	2.802.131

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia era parte em ações de natureza trabalhista. Com base na avaliação de risco feita pelos seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisões no montante de R\$605.345 (R\$43.909 em 31 de dezembro de 2021) relativas aos processos classificados como perda provável para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte.

Adicionalmente, a Rodoviária do Rio de Janeiro S.A. possui processos classificados como perda possível no montante de R\$861.145 (R\$1.306.915 em 31 de dezembro de 2021) cujos pleitos são ações, em sua maioria, movidas por ex-funcionários e os principais pedidos referem-se à jornada de trabalho, danos materiais e danos morais.

Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia era parte em ações de natureza cível. Com base na avaliação de risco feita pelos seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisões no montante de R\$59.056 (R\$0,00 em 31 de dezembro de 2021), envolvendo o valor total em discussão de R\$ 2.097.857 (R\$1.495.216 em 31 de dezembro de 2021). Na avaliação da administração e dos seus assessores jurídicos não há expectativa de perda provável, não sendo reconhecida nenhuma provisão. Os pleitos são ações, em sua maioria, movidas por usuários e os principais pedidos referem-se a danos morais e materiais.

25. Seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém cobertura de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar ativos próprios, benfeitorias em propriedades de terceiros e negócios de eventuais sinistros, cujo total da cobertura de seguros é de R\$ 36.904.488,50 (R\$37.424.489 em 31 de dezembro de 2021) tendo como limite máximo de indenização de R\$37.724.488,50 (R\$34.149.535 em 31 de dezembro de 2021).

26. Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Diretoria avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da diretoria suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

RODOVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Diretor
Rodrigo Fernandes Toledo

Diretora
Roberta Faria

Eduardo Buzam Júnior
Contador
1SP243887/O-3
